

TRABALHO, FORMAÇÃO DE TRABALHADORES E LUTAS SOCIAIS

no campo da garantia de direitos à criança e ao adolescente

TRABALHO, FORMAÇÃO DE TRABALHADORES E LUTAS SOCIAIS

no campo da garantia de direitos à criança e ao adolescente

Organizadores:

LAURA SOUZA FONSECA

GRUPO TRABALHO E FORMAÇÃO HUMANA



Apoio:



UFRGS Gráfica
Porto Alegre - 2017

Gráfica da Universidade
Rua Ramiro Barcelos, 2500 | Porto Alegre, RS, Brasil | CEP 90035-003
Fone/fax +55 (51) 3308-5083 | grafica@ufrgs.br
© Direitos reservados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Organização: Grupo Trabalho e Formação Humana
Foto da Capa: Hamilton Rosa dos Santos, “*O Engraxate*”
Diagramação da Capa: Mateus Ballardin.
Contracapa: Grupo Trabalho e Formação Humana
Orelhas: Grupo Trabalho e Formação Humana
Diagramação: Grupo Trabalho e Formação Humana
Revisão: Grupo Trabalho e Formação Humana
Editoração: Grupo Trabalho e Formação Humana

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

T758

Trabalho, formação de trabalhadores e lutas sociais no campo da garantia de direitos à criança e ao adolescente / Laura Souza Fonseca, Grupo Trabalho e Formação Humana (organizadores). – Porto Alegre : Ed. UFRGS, 2017.

276 p.

ISBN: 978-85-9489-076-4

CRISE, CONJUNTURA BRASILEIRA E LUTAS SOCIAIS: DA CENTRALIDADE DO TRABALHO À DESTITUIÇÃO DA IDENTIDADE DE CLASSE

Mailiz Garibotti Lusa

INTRODUÇÃO

A conjuntura política, econômica, social e cultural do Brasil em meados de 2017 sinaliza visivelmente que diversas crises estão instaladas e em curso no país, todas fundamentalmente originadas no modelo de desenvolvimento capitalista, dependente e permeado pelas particularidades da formação sócio histórica brasileira. O cenário que se coloca é de um complexo de relações dialéticas, tendo em vista interesses contraditórios das classes fundamentais, que ora se articulam e se confundem em um mesmo perfil ídeo-político-cultural, decorrente dos processos de alienação e dominação.

Com este pano de fundo, propõe-se debater sobre o atual momento de crises de modo de produção e de legitimidade do governo, mas também de mobilizações e lutas sociais. A reflexão sobre o tema visa reconhecer os principais determinantes estruturais e os componentes conjunturais do momento, a fim de identificar novas estratégias de lutas sociais, que tem como horizonte a construção de outra ordem societária.

Este trabalho configura-se como um ensaio teórico, orientado pela perspectiva do materialismo histórico dialético de Marx e decorre da aula “Crise e lutas sociais: deslocamentos da centralidade do trabalho para a inserção na pobreza, repercussões nas lutas

por direitos”, oferecida para o curso de aperfeiçoamento “Mediações necessárias entre as ‘boas práticas’ e a experiência refletida nas políticas de proteção ao sujeito infante-juvenil”, da FACED/UFRGS em junho de 2016¹.

No seu desenvolvimento, trata sobre a conjuntura política atual, a realidade brasileira e suas raízes históricas; a relação entre as pautas das ruas, as determinações econômicas internacionais e os interesses das elites brasileiras; o processo de constituição das lutas e movimentos sociais; os movimentos e lutas sociais atuais e a emergência do novo momento político; e, por último, as lutas sociais e a construção de estratégias de superação da ordem.

A CONJUNTURA ATUAL: A RELAÇÃO DA REALIDADE E DE SUAS RAÍZES HISTÓRICAS

O primeiro pressuposto dessa reflexão é que é o chão da realidade histórica que possibilita reconhecer as raízes da conjuntura atual. Isso significa que as crises, os processos econômicos, políticos, sociais e culturais começaram a se desenvolver há séculos e apenas podem ser compreendidos se considerada a formação sócio histórica do país, especialmente no que se refere ao jogo de forças e às relações sociais de classe. Trata-se de um tipo de historicidade que não acorrenta as análises ao que passou, mas as projeta dialética e conscientemente para pensar o futuro.

Essa realidade precisa ser considerada em sua materialidade cotidiana e no seu determinante central, que é o modo de produção capitalista e os efeitos da lei geral da acumulação capitalista. É da concretude diária dessa lei geral que decorrem as diversas expressões da questão social que atingem a classe trabalhadora, que é confiscada da sua riqueza, por uma pequena elite burguesa, acobertada política e legalmente pelo Estado burguês, que passa a lhe dever favores e a depender das suas alianças políticas.

Essa materialidade cotidiana, portanto, é fundamentalmente determinada pelo (sócio) metabolismo do capital (MÉSZÁROS, 2011; HARVEY, 2013), assim como também pela crise estrutural que lhe é intrínseca (MÉSZÁROS, 2011; MANDEL, 2015).

A captura e compreensão da realidade histórica e material, assim, torna-se motor para a leitura da realidade em sua conjuntura atual. Dessa forma, para compreender o que se explicita no Brasil em 2017, é preciso considerar as particularidades do desenvolvimento

¹ A discussão foi atualizada até julho de 2017, momento de fechamento da escrita deste capítulo.

capitalista no Brasil, a constituição, configuração e interesses das classes sociais, o papel do Estado burguês e como vão ocorrendo dialeticamente as disputas de classe.

Nas últimas décadas vê-se a consolidação da economia capitalista fortemente calcada na internacionalização financeira e no fluxo transcontinental de capitais, principalmente privados, mas também públicos. Trata-se de um momento marcado pelo capitalismo financeiro, com predomínio do capital especulativo, que possibilita, para alguns poucos, o aumento da concentração de renda.

Essa conjuntura econômica não se desconecta do projeto internacional para as nações, traçado pelas agências internacionais, que teve nova tônica com o fim da ‘guerra fria’ em meados das décadas de 1980 e 1990. Desde então, tal tônica foi assegurada com o reforço da guerra ideológica contra quaisquer propostas de sociabilidade questionadoras da ordem capitalista burguesa internacional, determinada a partir da dominação das nações autodenominadas de ‘desenvolvidas’ e operacionalizada através de acordos e tratados normativos internacionais. Nessa conjuntura, reforça-se a submissão dos países ‘ditos’ de terceiro mundo, invisibilizando processos de reorganização da própria economia, diga-se capitalista, como por exemplo, nos mercados regionais.

No Brasil, a dominação oligárquica, que já supera os 500 anos do início da colonização europeia, reforça a exploração moderna, reinserindo no conjunto normativo-legal do país formas que já tinham sido superadas de escravidão. Com a reforma trabalhista, sancionada pelo governo de Michel Temer através da Lei 13.467, de 13 de julho de 2017, as/os trabalhadoras/es têm seus direitos destituídos, regredindo em mais de um século de conquistas decorrentes de inúmeras lutas sociais.

Esta aprovação, somada aos demais imbróglis e tergiversações sobre a atual conjuntura, bem como aos escândalos político-governamentais de corrupção e de alianças políticas imorais entre os partidos políticos, comprovam a permanente presença, durante os mais de cinco séculos de formação sócio histórica, de um Estado a serviço das elites agrárias e urbano industriais. A sustentação de todos esses desmandos e da ditadura civil burguesa disfarçada está no atendimento dos interesses do capital especulativo e agroexportador, vinculado aos conglomerados econômicos mundiais.

Foram e continuam notáveis os investimentos massivos no setor produtivo, que contrastam com os investimentos sociais mitigados, alardeados pela mídia burguesa como responsáveis por uma crise que, de fato, é estrutural do próprio capitalismo. Neste sentido, há de se reconhecer que os mais de treze anos de governo do Partido dos Trabalhadores no

executivo federal não rompeu com o colonialismo, com as desigualdades, com a corrupção, com a exploração da classe trabalhadora e com a precarização das suas condições de vida e de trabalho. No entanto, este mesmo tipo de governo e suas alianças políticas passaram a não servir mais à elite burguesa.

Nesse sentido, o neodesenvolvimentismo instalado na última década pode ser reconhecido como um dos elementos que determinaram a intensificação do neoconservadorismo no Brasil, embora este não seja uma característica privada nacional. A reação ultra conservadora explicita-se nos mais diversos cenários internacionais, colocando por terra as conquistas e lutas da classe trabalhadora em diversos países. Aqui no Brasil evidencia-se desde os discursos pela modificação da menoridade penal, do estatuto da família, do estatuto do desarmamento, passando pelo discurso dirigido do combate à corrupção e chegando à afirmação de uma crise política que seria a principal responsável pela crise econômica.

Em verdade, o que se vê não é, necessariamente, a luta de combate à corrupção, mas sim a guerra da elite burguesa contra os trabalhadores, que assim é disfarçada. Foi nesse contexto que desde maio de 2016 assumiu o atual governo federal, liderado por Michel Temer, totalmente sem legitimidade, com uma explícita perspectiva neoliberal, privatista e burguesa, que desde logo anunciou e operacionalizou a destruição das legislações sociais, dentre as quais a trabalhista, a previdenciária, da saúde, da educação, da assistência social, entre muitas outras.

A RELAÇÃO ENTRE AS PAUTAS DAS RUAS, AS DETERMINAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS E OS INTERESSES DAS ELITES BRASILEIRAS

Com um olhar e leitura críticos dos fatos e acontecimentos que ilustram os últimos meses, notabiliza-se a ocorrência de vários protestos e manifestações, pedido o combate à corrupção e denunciando veementemente corruptos e corruptores que figuram na mídia tradicional. Certamente, um dos maiores escândalos dos últimos meses relaciona-se ao dito “colapso do governo Temer” e o amplo pedido de novas eleições para o executivo nacional.

Ocorre que, “com a divulgação do escândalo da JBS², iniciou-se a construção de um amplo movimento em defesa da antecipação das eleições no País” (BOULOS, 2017, s./p.).

Situando o momento atual, afirma-se que há pouco mais de um ano,

Muitos parlamentares votaram pela saída de Dilma da Presidência em 2016, dizendo que essa era a vontade do povo. Mais de 60% da população queria o impeachment, os escândalos de corrupção pipocavam e haviam mais de 11 milhões de desempregados. Pois, agora são 14 milhões de desempregados, os escândalos de corrupção atingem diretamente o presidente e 85% da população quer novas eleições diretas. A vontade popular não tem mais o mesmo valor para esses parlamentares. Os deputados e senadores, se quiserem, podem mudar a Constituição e convocar novas eleições. Mas, a maioria quer as eleições indiretas, em que apenas deputados e senadores escolheriam o novo governante (ARCARY, 2017, s./p.).

Observados os dados acima, se fosse realizada uma análise breve e aparente, poder-se-ia dizer que se trata de uma profunda crise política, a qual repercute na economia do país. Todavia, apreendida segundo fundamentos analíticos críticos, há de se evidenciar que não se trata de uma crise apenas política, mas de uma crise essencialmente econômica e da particularidade do capitalismo no Brasil.

As relações políticas, em suas articulações profundamente escandalosas, não nasceram na última década e nem se explicam na seara do jogo de dominação política. Desde o Brasil Colônia a acumulação primitiva de capital encontrava nas relações políticas com o Estado sua forma de sustentação, via dominação coronelista. Com o avanço do capitalismo também as estratégias de dominação atualizaram-se. O coronelismo político, que desde cedo descobriu que poderia se servir dos três poderes de Estado para dominar, atualiza suas estratégias. Significa que em tempos de financeirização da economia a aprovação de uma barganha no sistema bancário passará pela negociação – com o executivo ou legislativo –, de uma propina, a fim de que o Estado libere os recursos de financiamento bancário³.

Assim, uma análise mais profunda da crise política possibilita reconhecer que ela carrega consigo as estratégias dos capitalistas brasileiros para a superação da crise econômica. Esta última não se trata de uma crise necessariamente causada pela má gestão da economia

² Trata-se a Empresa JBS (iniciais do nome de José Batista Sobrinho, pai do empresário Joesley Batista, um dos principais sócios proprietários da empresa), uma *holding* que incorporou diversas outras empresas do ramo do agronegócio e agroindústria internacionais.

³ Essa parece ter sido a estratégia utilizada pelos empresários da JBS, os ‘Irmãos Batista’, conforme depoimento no âmbito da delação premiada, e em depoimento colhido em inquérito policial junto à Polícia Federal em 16 de junho de 2017.

pelo governo – embora, também isso tenha ocorrido –, mas, sim, de uma crise própria do metabolismo do capital. Crise esta que significa, tão somente, que o capital, em muitos setores produtivos, comerciais e financeiros, tem sua taxa de lucro estagnada, ou, quando muito, em declínio. Com isso, fecha-se a primeira consideração de que a conjuntura atual compõe-se de uma crise do capital (econômica), alardeada como uma crise meramente política, que aponta para o esgotamento das formas de participação e representação construídas desde as últimas décadas do século XX.

Uma segunda constatação é a de que o sistema político atual também tem raízes históricas. Suas heranças do mandonismo político coronelista e colonial determinaram a forma política assumida em meados do período de redemocratização do Brasil. Significa que as elites, que estão no poder desde o Brasil colônia, e que transitaram da aristocracia agrária para a burguesia agroindustrial, depois para a burguesia financeira, estavam efetivando suas estratégias de perpetuação no poder através do modelo político construído desde fins da década de 1970.

Significa dizer que aquele momento histórico, especialmente marcado na história do país pela participação popular, que figurou no cenário dos anos 1980, contribuiu para a erupção da crise política hoje. Naquele período vivia-se uma forte crise estrutural do capitalismo, com efeitos desastrosos para a classe trabalhadora e com estagnação da economia. Somava-se o esgotamento da ‘autocracia burguesa’ (FERNANDES, 2005; NETTO, 2007), e a reorganização dos movimentos sociais e dos partidos políticos, resultando nas lutas populares, como pelas ‘Diretas Já’ e pela ‘Constituinte’. Reconhece-se naquele cenário, que havia disputa de classes, evidenciada na própria discussão sobre o perfil da Constituição Federal e o rol de direitos que passariam a ser reconhecidos constitucionalmente. De fato, nessa disputa, a classe burguesa conseguiu forçar a transição para outra forma de Estado, já que o anterior não mais atendia aos seus interesses, e, para tanto, não resistiu à conquista de direitos pela classe trabalhadora.

Ora, o corolário da redemocratização carrega tais marcas dialéticas: as disputas de classe; a conquista pelos trabalhadores da Ordem Social na Constituição Federal; o amadurecimento político da organização popular – quiçá, de classe para alguns coletivos –; mas, inclusive, a perpetuação da elite dominante e de suas estratégias de dominação, a qual, em momento algum da história, deixou de compor os três poderes do Estado.

Por conseguinte, entende-se que a disputa de interesses de classe deu-se dialeticamente e, embora a burguesia tenha perdido mais do que estava disposta no jogo de disputas, mesmo

assim, na realidade, nunca saiu perdendo e nem se afastou do poder, tampouco deixou de conferir a direção ao Estado e à sociedade brasileira. Isso indica que a redemocratização e a ampliação de direitos, apenas aparentemente, figuravam como uma pauta única das classes no Brasil, já que, por traz dela, havia interesses de classe conflitantes, que, de fato, “são totalmente opostos e inconciliáveis” (IASI, 2017, s./p.).

Este é o ponto de articulação entre aquele cenário e o atual, em cujos últimos meses se ouve ‘outra vez’ o chamado para as ‘Diretas Já’, agora embalado pelo grito de ‘Fora Temer’. Num olhar cansado e distraído parece se repetir a história da ‘pauta compartilhada pelas classes sociais’ fundamentais no Brasil. Já num olhar atento nota-se a existência de perspectivas distintas de luta, resultantes também da experiência da ‘esquerda’, construída nas lutas sociais dos finais dos anos 1970, que pouco a pouco é reconhecida nas lutas populares dos 1980, a qual conquista espaço político-eleitoral e adentra as instâncias legislativas e executivas a partir dos 1990, chegando ao Executivo Federal nos 2000.

Muitas mudanças ocorreram nesse processo constitutivo e des’constitutivo da esquerda brasileira. Hoje, embora diluída em várias siglas que se reclamam de esquerda, reconhece-se nelas lutas e mobilizações para a proposição de modelos distintos de governo, de democracia e, principalmente, de sociedade. Em suas propostas, refutam as coalisões econômicas, sociais e políticas para governar, enquanto buscam um tipo de democracia participativa e não meramente representativa, cientes de que, para que ela ocorra, é novamente necessário construir unidade e identidade de classe, o que exige a superação do senso comum e da conseqüente alienação da classe trabalhadora das suas potencialidades de luta.

Para isso, é imprescindível reconhecer que o modelo democrático hegemônico atual, construído no ‘afã’ da transição da autocracia burguesa para a socialdemocracia burguesa, é um “projeto que nega a preocupação com o social e com a vida política, colocando a cidadania a disposição do mercado sem limites e sem fronteiras sociais (RIBEIRO, 2005, p. 40). Esse modelo parece tentar enquadrar todas e todos os indivíduos sociais numa única visão de Estado e também única via de saída do cenário de corrupção, que ocorre pela imposição do consenso e pela anulação das diferenças, que agora se unem ao som do ‘Fora Temer’ e ‘Diretas Já’.

Embora a conjuntura pareça extremamente desoladora e penosa para as lutas da classe trabalhadora⁴, há ainda uma possibilidade de análise que são os indícios que haveria uma cisão na elite burguesa. Isso porque, “[...] a mesma elite que deu bases à interrupção do mandato presidencial eleito em 2014, agora se vê ameaçada tendo perdido a base midiática fundamental”, o que aponta que “trata-se de um momento de luta interna (intestinal) da própria elite política, que nos indica que quem, por hora, ainda encontra-se no poder, não é o maior detentor dele. Alguém ou algo maior está(ão) por trás” (IASI, 2017, s./p.).

O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DAS LUTAS E MOVIMENTOS SOCIAIS: IDENTIDADES E IDENTIFICAÇÕES DE CLASSE

Brevemente tratar-se-á sobre o processo de constituição de identidades, pois é a partir dele que se reconhece a possibilidade da construção sólida de movimentos e lutas sociais da classe trabalhadora.

Também esse processo fundamenta-se no chão da realidade, compreendida no conjunto da totalidade societária, a partir do reconhecimento das relações sociais e dos interesses de classes, inclusive dos interesses dos grupos internos às classes. Essas relações é que expressam a dialética societária, que somente pode ser reconhecida em sua realidade pela historicidade que lhe é constitutiva. São determinantes dela, além daqueles de classe, também os de raça/etnia, de gênero, de geração, etc. Todos eles se expressam nas contradições que constituem a cotidianidade.

É a partir do processo de reconhecimento das demandas e das identidades dos sujeitos individuais e coletivos e, através delas, das demandas e dos objetivos das lutas e mobilizações de classe que as contradições e correlação de forças vão se evidenciando e, ao mesmo tempo, possibilitando aos indivíduos sociais reconhecerem-se entre si, articularem-se e organizarem-se naquilo que vivem ou se têm de comum em termos de interesses. Logo,

[...] é quando necessidades materiais transformam-se em representações simbólicas de carências de determinados grupos e, conseqüentemente, eles constroem pautas políticas reivindicativas ou para a transformação social dessa situação, temos o nascimento de uma ação coletiva ou de movimento

⁴ Embora não se configura como objetivo desta análise a constituição e articulação interna da classe trabalhadora, não se pode deixar de registrar o reconhecimento que um dos grandes desafios a serem superados para a sua efetiva organização de classe é a fragmentação da identidade de classe. A ideologia burguesa e seu sistema de alienação fez com que o trabalhador não mais se reconhecesse como trabalhador. Exemplos disso é que hoje ele é, no campo, ‘pequeno produtor rural’ e, na cidade, ‘micro empreendedor individual’.

social específico, como é frequentemente designado” (SCHERER-WARREN, 2008, p. 506).

A identificação dos grupos sociais e políticos ganha reforço quando neles se expressa a identificação das classes sociais fundamentais, a burguesa, compreendida de forma mais ampla como sendo constituída pelos proprietários de terras, dos meios de produção, dos meios de consumo e das instituições de intermediação financeira, e a classe trabalhadora, que é mais que o trabalhador do chão-de-fábrica, outrossim, é tanto o trabalhador produtivo e improdutivo, quanto dos setores administrativos e de serviços no setor industrial, servidores públicos, trabalhadores autônomos, balconistas de comércio, funcionários de organizações civis, terceirizados, camelôs, microempresas subcontratadas, etc (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2015).

Há de se reconhecer ainda o que Marx denominava por ‘lumpem proletariado’, que é

A massa populacional ‘desclassada’, e por isso maleável pela elite dirigente [...] pode ser cooptado para os interesses hegemônicos do capital, também pode desenvolver formas de “resistência”, “contestação” ou “rejeição” à normatividade e ao status quo, mediante ações criminais, ilegais, antissistêmicas ou antiordem, mesmo que de forma nada revolucionária” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2015, p. 95 e 96).

E ainda a crescente classe média, que ocupa posição intermediária entre as classes fundamentais, pois vivem diretamente da renda em escala cada vez maior, com poder aquisitivo mais elevado que os trabalhadores, embora continuam sob o controle e domínio do capital.

Cada uma dessas classes e frações de classe vão constituindo e reafirmando identidades de classe, a partir das quais também vão denotando seus interesses e vão construindo alianças.

Interessante considerar a construção da consciência de classe como processo que também resulta na construção da identidade de classe. Esse processo vai envolver, por um lado, o reconhecimento da ‘classe em si’, como a condição social de classe, que corresponde a determinado lugar e papel no processo produtivo, que independentemente de sua consciência, caracteriza uma unidade de interesses comuns. E, por outro, da ‘classe para si’, como processo de reconhecimento mais consciente de seus interesses e dos que lhe são opostos, a partir dos quais se organiza para a luta na defesa destes, tornando-se sujeito autônomo, consciente de seus interesses antagônicos ao capital.

A construção da consciência social e da consciência de classe podem ser visualizadas como três dimensões de um mesmo processo, quais sejam, a identificação do pertencimento de classe, a construção da consciência e a mobilização, organização e efetivação das lutas de classes. E nesse processo, “é impossível compreender a questão da consciência do ser social se não considerar que trabalho, vida cotidiana e consciência do ser social se inter-relacionam e se articulam de maneira indissolúvel” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2015, p. 99).

A vida cotidiana é um campo de construção histórica e plena de determinações. A partir dela é que se pode ultrapassar a primeira forma de consciência social que surge, o senso comum, destituindo a naturalização dos fenômenos, avançando na superação da alienação, até atingir a consciência reivindicatória e sindical, que permite o reconhecimento das ideologias contraditórias, reificadas, as quais expressam a falsa consciência. Ora, a consciência de classe, como oposto ao senso comum e à alienação de classe representa o máximo de consciência possível, construída a partir do conhecimento crítico da realidade.

Os movimentos sociais podem ser reconhecidos nesse processo como intelectuais orgânicos, que exercem função educativa e organizativa, tanto para criar, quanto manter relações de hegemonia de determinada classe.

Neste momento da conjuntura brasileira – já discutida no item anterior –, com a reestruturação produtiva e seus impactos para os trabalhadores, a classe trabalhadora vive a precarização, a retirada de seus direitos, a terceirização, o rebaixamento salarial, o empobrecimento e a lumpenização. Soma-se a isso o próprio reforço da ideologia do grande capital, que instiga a tendência da atitude individual e defensiva do próprio trabalhador, perda da identidade coletiva de classe, fragmentação de classe. Isso tudo agravado pela influência subjetivista e culturalista, que aponta para a substituição da ‘exploração’ pela ‘exclusão’ no dicionário crítico e que traz por efeito a desconsideração da dimensão econômica da luta de classes.

A partir disso, a situação atual das lutas de classes, observa-se na vida cotidiana a pulverização e diferenciação do ‘ser trabalhador’, produzindo-se a substituição da luta de classes pelas ações sociais, pelas parcerias institucionais, pelo terceiro setor (não são sujeitos coletivos semelhantes, muito menos iguais) e, até mesmo, pelas manifestações amplas que evidenciam ‘a participação pela participação’, como parte de um modismo de ‘mobilização’, em que ir para as ruas, ou manifestar-se nas redes sociais é moderno e arrojado.

É este jogo de correlação de forças sociais que, no transcurso da ‘normalidade’ burguesa, leva a diminuição do poder do trabalhador e aumento do poder do grande capital.

Essa constatação deve produzir indagações, que são de fundamental importância: reconhecer isso impulsiona a pensar nos nossos dias e lutas atuais de forma diferente? Quem é a classe trabalhadora hoje e como tem organizado suas lutas e movimentos sociais?

Pensando nessas e noutras questões, propõe-se pensar a emergência do novo momento político que se delineia na conjuntura brasileira atual, nesse momento com um ‘amanhã’ de organização, lutas, resistências e, quiças, conquistas, bastante indefinido.

MOVIMENTOS E LUTAS SOCIAIS E A EMERGÊNCIA DO NOVO MOMENTO POLÍTICO

As lutas, mobilizações e movimentos sociais não são recentes no Brasil, muito embora a configuração atual o seja. Elas transformaram-se frente aos processos ocorridos não só no cenário nacional, mas em todo ocidente capitalista, cuja principal causa é o próprio metabolismo do modo de produção. Conforme a exploração da força de trabalho se agrava, as resistências ‘organizadas’ ou ‘em organização’ vão se identificando e articulando, e a construção das reivindicações pelos coletivos vão concretizando as lutas, mobilizações e movimentos sociais (LUSA, 2011).

Por várias décadas a organização, manifestação e lutas da classe trabalhadora brasileira passou por dentro das lutas dos movimentos sociais e do compromisso que estes tinham com a transformação societária. Em especial, interessa destacar dois importantes momentos nesse processo. O primeiro articula-se ao cenário conjuntural discutido no segundo item deste trabalho, e corresponde à ‘fase das lutas pela redemocratização’.

Os ‘germes’ do surgimento dos movimentos sociais que ganhariam visibilidade internacional já estavam presentes no período das lutas sociais que marcaram os anos finais da década de 1970 e início de 1980. Através da participação nas discussões políticas do sindicalismo combativo, ou ‘sindicalismo de oposição’, os sujeitos dos movimentos sociais – as mulheres e homens, camponeses e operários – foram desenhando a esfera pública e denotando em suas reivindicações a transformação da sociedade brasileira.

O cenário das lutas sociais, que anteriormente tinha como foco central a questão da classe operária, a partir dos anos 1980 começa a incorporar a atuação de movimentos e lutas sociais com diversos temas e nos diversos âmbitos. Um novo perfil que conformava grande parte dos movimentos sociais, os quais se originaram das entidades político-partidárias de

esquerda, dos sindicatos de oposição, das instituições religiosas ligadas à Teologia da Libertação e outras (LUSA, 2011).

Em meados dos 1980-1990, pouco a pouco, eles iam se tornando pluriclassistas, passando a receber, muitas vezes, o apoio e a participação das camadas médias da população. Essa característica possibilitava o amadurecimento do processo, pois corroborava para o pluralismo, que deveria figurar na sociedade. Por outro lado, tal característica dificultava o processo político-social de construção coletiva do movimento, pois retirava parte de sua identidade, enquanto movimento de classe.

Muitos movimentos sociais, mesmo diante dos limites e desafios colocados pela sociedade capitalista competitiva e excludente, não abrem mão dos valores e princípios de classe (trabalhadora), procurando assegurar processos de construção de emancipação política e de autonomia, dentro e fora dos seus espaços de organização política e social.

Esse é também um processo de transformação interna, que ocorre através das inferências que a política cultural opera na cultura política de um povo, alterando a ‘construção’ sobre como cada sociedade concebe a política.

Ao observarmos as práticas desses movimentos, nós nos damos conta de que eles efetuaram uma espécie de alargamento do espaço da política. Rechaçando a política tradicionalmente instituída e politizando questões do cotidiano dos lugares de trabalho e de moradia, eles “inventaram” novas formas de política. Mas a história dos movimentos sociais não é apenas a sua história interna. Os trabalhadores são o resultado não somente de suas próprias ações, mas também de sua interação com outros agentes (SADER, 1988, p.20).

Logo, a política cultural é mais uma das dimensões pelas quais os movimentos sociais operam na atual transformação da sociedade. Ela está diretamente relacionada com o ‘caráter pedagógico’ dos movimentos sociais, que é profundamente constituído pelo político e pelo cultural destes movimentos, em sentido amplo (RIBEIRO, 1998).

Este fazer ‘político’ dos movimentos sociais está presente em suas práticas, desde a reflexão até a concretude das ações. Já o fazer ‘política’ pode se manifestar em vários âmbitos, que não somente aqueles institucionalizados. Isso reveste suas práticas de significado e importância especiais, dado que através delas os movimentos sociais vão agindo, continuamente, de forma direta e indireta, transformando a sociedade (LUSA, 2011).

Isso tudo indica que o grande desafio atual remete à construção de uma nova forma política, que precisará nascer da classe trabalhadora, e poderá nascer das lutas e mobilizações

sociais contestatórias dessa ordem econômica e social, de forma a evidenciar o esgotamento do sistema democrático representativo.

LUTAS SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO DA ORDEM

Grosso modo, ao se dizer ‘estratégias de superação da ordem’, está se falando sobre ‘as bases’ para a mudança, para o que se deve considerar que, “[...] de forma sintética, a realidade concreta é a nossa matéria-prima, [...] é o ponto de partida efetivo” (IASI, 2011, p. 169). Mas, qual, ou quais mudanças são almejadas? E por quem?

Ora, os debates que se colocam numa perspectiva mais crítica de análise sinalizam que o momento em que se explicita um novo ápice das diversas crises requisitaria a construção de um novo espaço e cultura políticos. Essa construção resultaria de um processo longo (possibilidade de mediação), que, apesar disso, também poderia ter saídas em nada ‘mediadas’, mas sim localizadas no plano do imediato.

O ‘imediatismo’ não é, em si, uma característica meramente do limite devido à ausência de mediação, mas principalmente é um indicativo do que é possível fazer, depois que a classe trabalhadora já foi usurpada em seu processo de formação de consciência crítica, de identidade e de organização. Atualmente ela se vê na obrigatória tarefa de reorganização de suas mobilizações e lutas sociais, e obrigatoriamente precisa voltar ao seu passado para com ele aprender a novamente projetar o futuro.

Neste sentido, as mobilizações precisam estar nas ruas para manifestar sua leitura de realidade e posicionamento político. Elas necessitam fazer frente às ‘saídas’ planejadas ‘de cima’, as quais podem ser determinadas exclusivamente pelos poderes judiciário e legislativo, em suas composições atuais.

Ocorre que, até meados de junho de 2017, a primeira ação de ultrapassagem deste momento por essa via, parece consenso, seria o “Fora Temer”. Essa bandeira tem sido requerida, seja através do *impeachment*, ou da renúncia deste governo ilegítimo. Assim, o primeiro desafio seria fazer Temer renunciar, o que expressamente não está nos planos do

atual presidente. Ainda assim, é possível, pois, instituir um processo de afastamento pelo *impeachment*, o que exigirá um acréscimo no ‘fator tempo’⁵.

Por outro lado, se superados e quando superados tais desafios, adentrar-se-á em outro dilema, que será ‘a quem’ se dará a posse provisória da presidência da República? Se ao presidente da Câmara dos Deputados Federais (Sr. Rodrigo Maia), também mencionado no processo de corrupção, ou se se convocará um governo provisório, a ser titularizado pela/o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF)? Ambas as situações exigem tempo e apontam, portanto, para saídas não imediatas, mas que precisam ser trabalhadas hoje.

Ainda no plano do imediato, outra possibilidade é a determinação de eleições diretas antecipadas, ou de eleições gerais para ambos os poderes, executivo e legislativo. Importante registrar que é nesse plano imediato que se situa a bandeira do ‘Diretas Já’.

Fora estas saídas imediatas, a classe trabalhadora brasileira tem a possibilidade de construção – mais lenta, gradual e também mais segura – de um processo mais longo de articulação e organização de suas bases, que se expressa no ‘direito à revolução’. Lembre-se, “uma nova revolução só será possível na esteira de uma nova crise. Contudo, aquela é tão certa quanto esta”. (MARX, 2012, p. 149). Isso feito, já dizia o filósofo revolucionário, ao analisar o ‘18 de Brumário de Luís Bonaparte’: “assim que a crise revolucionária foi superada e o sufrágio universal abolido, voltou a irromper a luta entre a Assembleia Nacional e Bonaparte” (MARX, 2011, p. 89).

Isso permite compreender previamente que haverão momentos de avanços maiores e com mais qualidade política que outros, em que serão possíveis passos menores, porém com características de mediação.

O desafio, no entanto, é que estrategicamente a classe burguesa tem intensificado o metabolismo de exploração da classe trabalhadora pelo capitalista, por exemplo, destituindo a classe trabalhadora de seus direitos. Esta estratégia do modo de produção não é nova, todavia assume feições modernas e produz efeitos exponencialmente mais nefastos. O resultado é que “assim, o corpo político é configurado de modo tal que os trabalhadores são reduzidos a fragmentos vivos de si mesmo”. Isso era já o relatado por Marx, quando registrava que, “por sua própria natureza ‘incapacitado’ – e Marx é irônico aqui – ‘para fazer algo autônomo, o trabalhador manufatureiro só desenvolve atividade produtiva como elemento acessório da oficina capitalista’” (HARVEY, 2013, p. 183).

⁵ A análise temporal do último processo de impeachment de um presidente da República ocorreu quando do afastamento da ex-presidente Dilma Rousseff, cujo pedido foi aberto na Câmara dos Deputados em 02/12/2015; sendo ela afastada em 12/05/2016 e cassada somente em 31/08/2016.

Este antigo e sempre presente processo de destituição da autonomia e de aprisionamento do trabalhador é um dentre os principais aspectos que desafiam a articulação, organização e mobilização da classe trabalhadora, seja através de movimentos sociais, seja em organizações sindicais, partidos políticos, coletivos autônomos de lutas (frentes de lutas), etc. O pretense “[...] resultado disso é um ‘empobrecimento do trabalhador’ e uma séria perda de ‘forças produtivas, individuais’. As subjetividades políticas e intelectuais também não permanecem imunes” (HARVEY, 2013, p. 184).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante reafirmar a possibilidade da classe trabalhadora construir, por ela mesma, estratégias para o enfrentamento desta situação e para a saída da crise. Neste sentido, é necessário, inclusive, que as forças políticas de esquerda discutam coletivamente propostas de organização de lutas, tendo por horizonte a transformação estrutural do modo de produção e da sociedade. Ora, notem que,

A direita já definiu seu caminho. O governo quer agradá-la a todo custo. A esquerda precisa construir saída para a crise. Essa saída passa pela definição de uma estratégia de enfrentamento, em nome das reformas populares. [...] A esquerda brasileira tem de assumir, de forma decisiva, um programa de reformas estruturais [...] e fazer o enfrentamento para construir um novo patamar de relações de força no Brasil (BOULOS, 2015, p. 120).

Atualmente, antes de operar um programa de reformas estruturais, é preciso resistir com coragem, criatividade e forças às contrarreformas do Estado, as quais afetam sobremaneira os direitos sociais assegurados constitucionalmente ao povo brasileiro. É preciso tirar desse nefasto momento da conjuntura nacional os caminhos para a sua transformação. Para isso, é imprescindível considerar que do ‘não-lugar’, pode-se construir o lugar e do ‘não-direito’ pode frutificar a luta pelo ‘direito’.

O processo de mobilização no Brasil, desde a transição democrática iniciada em fins dos anos 1970, que ainda hoje se apresenta como um misto de continuidades e rupturas. O marco, sem dúvidas, é o chamado para a reorganização da classe trabalhadora e de construção de caminhos para a reversão desta conjuntura de regressão de direitos. É imperioso, portanto, construir alternativas ao sistema de Estado, governo e, mais do que tudo, ao modo de produção capitalista. Logo, é indispensável reforçar as lutas e construir alternativas para

conquistar o poder popular, o que requisita barrar as contrarreformas, através da mobilização e das greves gerais.

REFERÊNCIAS

ARCARY, Valério. **Por que defendemos Diretas Já.** Blog Esquerda *On Line*. Disponível em: <<http://esquerdaonline.com.br/2017/06/02/por-que-defendemos-diretas-ja/>>. Acesso em: 03/06/2017.

BOULOS, Guilherme. **De que lado você está?** Reflexões sobre a conjuntura política e urbana no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. Diretas e Direitos. **Carta Capital**. Ideias em tempo real (*on-line*).14 de Junho de 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/956/diretas-e-direitos>>. Acesso em: 15/06/2017.

HARVEY, David. **Para entender O capital I.** Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Cai, não cai... mas, afinal, o que deve cair?** Blog da Boitempo. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2017/05/23/cai-nao-cai-mas-afina-o-que-deve-cair/>>. Acesso em: 27/05/2017.

LUSA, Mailiz Garibotti. **Lutas sociais no campo e políticas públicas:** do cotidiano, a construção de identidades e a conquista de direitos pelas mulheres camponesas. Maceió: EDUFAL, 2011.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital: Os fatos e sua interpretação marxista.** São Paulo: Ensaio, 1990.

MARX, Karl. **A luta de classes na França de 1848 a 1850.** Trad. Nélio Schneider. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** Tradução de Francisco Raul Cornejo et al. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTAGÑO, Carlos; DURIGHETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social.** São Paulo: Cortez, 2010. – (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 5).

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina-caminhos para uma política emancipatória? **CADERNO CRH**. Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, Set./Dez. 2008.